



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 264/2025

AUTORIA: VEREADOR LEI

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E,

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PARECER CONJUNTO

Registramos que a emissão do Parecer será utilizada linguagem lacônica, de modo a favorecer o entendimento e efetivar os princípios jurídicos da eficiência e celeridade no serviço público, limitando nossas manifestações aos aspectos mais relevantes do tema, sem, contudo, deixar de abordar todas as nuances necessárias.

O presente Parecer em epígrafe tem por consonância o Projeto de Lei Legislativo de autoria do Vereador Lei, **que Dispõe sobre a prática da Equoterápia, no âmbito do Município de Cariacica**, e dá outras providências.

A proposta em questão veio a estas Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, e a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em conformidade com o Regimento Interno deste Poder Legislativo, para ambas analisarem os aspectos que sua de sua competência, no que tange ao mérito e da legalidade.

No escopo do Desígnio, o autor destaca que tem por finalidade criar no âmbito do Município de Cariacica, a Prática da Equoterápia. O papel transformador e curativo da interação entre seres humanos e animais amplamente reconhecido por diversas culturas ao longo da história. No contexto contemporâneo, a equoterapia, também conhecida como hipoterapia, tem se destacado como uma prática terapêutica que utiliza cavalos na promoção da realidade física, psicológica e social de pacientes com diferentes condições de saúde.

No que tange a tramitação da norma em destaque, é vultoso salientar, que encontra amparo e fundamento legal no artigo 30 incisos I e II da Constituição Federal em Verbis:

Constituição Federal /1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Prosseguindo na mesma toada, e relevante destacar o artigo 28, incisos I e II da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, que assim se encontra elencados:

Constituição Estadual – ES /1989:



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330037003600380031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 28. Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

Lei Orgânica Municipal /1990:

Art. 9º Compete ao Município: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 14/2008)

I - Legislar sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 14/2008).

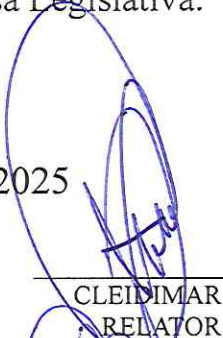
Noutro sim, a medida é de natureza legislativa e não há qualquer impeditivo constitucional ou legal, estando ainda de acordo com os artigos 106, 124 e 133, todos do Regimento Interno, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a estas Comissões analisarem.

Por fim, esta Comissão devidamente reunida como determina a Resolução 378/61 deste Parlamento, e após debates e considerações **oipina pelo prosseguimento da matéria em destaque**, entendo assim, não haver qualquer óbice para o seu prosseguimento, sobejando ao veredito final, ao Douto Plenário desta Colenda Casa Legislativa.

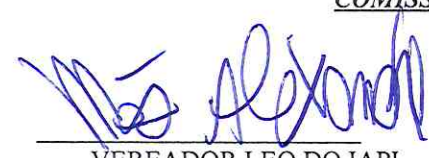
É o Parecer

Plenário Vicente Santorio, em 20 outubro de 2025


ROMILDO ALVES
RELATOR C.L.J.R.F.


CLEIDIMAR ALEMÃO
RELATOR C.D.P.D.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL


VEREADOR LEO DO IAPI
PRESIDENTE C.L.J.R.F.


CLEIDIMAR ALEMÃO
SECRETARIO C.L.J.R.F.

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA


JOCEMIR DA ENFERMAGEM
PRESIDENTE C.D.P.D.


MAURO DURVAL
SECRETARIO C.D.P.D.

